

O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NOS ESPAÇOS RELACIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA-RORAIMA

Meire Joisy Almeida Pereira¹ – UFRR; Cleane da Silva Nascimento² – UTAD; Paulo Sérgio Maroti - UFRR³. Anderson dos Santos Paiva⁴ -UFRR; Herundino Ribeiro do Nascimento Filho⁵ - UFRR; Rita de Cassia Silva Costa⁶
meire.joisy@ufrr.br; Cleane.cleia@gmail.com; paulo.marori@ufrr.br
Agência financiadora - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – (CNPq)

Grupo de Trabalho 6: Agricultura Familiar, solidariedade e agroecologia

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi identificar e descrever as redes sociais tecidas e estabelecidas nos espaços relacionais da agricultura familiar, no interior do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, espaço agrário da cidade de Boa Vista, capital de Roraima. O mecanismo ensejou, entre seus efeitos, observar a existência da perdurabilidade no lugar. A identificação das redes possibilitaram também evidenciar o caráter e o papel das estratégias estabelecidas pelos agricultores familiares em seu cotidiano. A percepção ambiental, enquanto aspecto metodológico adotado, possibilitou apreender o fenômeno no real, por meio dos discursos dos entrevistados. A dialética da complexidade sistêmica de Edgar Morin (2011) constituiu-se na abordagem teórica-epistemológica, a escolha permitiu utilizar-se da interdisciplinaridade na pesquisa, além de se constatar a existência da ordem e desordem, o objetivo e o subjetivo do fenômeno. Nessa trilha, constatou-se a existência de redes sociais diversas, destacadas naquelas de caráter familiar e de parentesco, as redes sociais para fins produtivos, as redes para atender às demandas sociais e religiosas, entre outras. Mecanismos fundamentais criados para fortalecer as relações entre os agricultores familiares em seus espaços relacionais, permitindo, para além da manutenção e reprodução da vida social e biológica, a condição de conservação ambiental do lugar. Essas redes possuem propósitos diversos, desde a constituição das famílias, à realização de mutirões para ajudar os vizinhos, à produção coletiva de bens, ao consumo de insumos, às festas, até à comercialização das mercadorias.

Palavras-chave: Agroecossistemas familiares; Estratégias; Perdurabilidade; percepção ambiental; Lavrado.

¹ Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas; professora do CADECON/UFRR

² Mestre em Educação pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; ITCPEs/UFRR

³ Doutor em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos, professor LeducarUFRR.

⁴ Mestre em artes visuais, professor Assistente do CCLA/UFRR;

⁵ Mestre em desenvolvimento econômico; Professor Assistente, INSIKIRAN/UFRR;

⁶ Mestre em matemática, professora do CADECON/UFRR.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho foi identificar e descrever as redes sociais tecidas e estabelecidas nos espaços relacionais da agricultura familiar, no interior do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, espaço agrário da cidade de Boa Vista, capital de Roraima.

O mecanismo ensejou, entre seus efeitos, observar a existência da perdurabilidade no lugar (BRANDÃO, 2016). A identificação das redes possibilitaram também evidenciar o caráter e o papel das estratégias estabelecidas pelos agricultores familiares em seu cotidiano (MARTINS, 2016).

A percepção ambiental, enquanto aspecto metodológico adotado, possibilitou apreender o fenômeno no real, por meio dos discursos dos entrevistados. A dialética da complexidade sistêmica de Edgar Morin (2011) constituiu-se na abordagem teórica-epistemológica, a escolha permitiu utilizar-se da interdisciplinaridade na pesquisa, além de se constatar a existência da ordem e desordem, o objetivo e o subjetivo do fenômeno.

Nessa trilha, constatou-se a existência de redes sociais diversas, destacadas naquelas de caráter familiar e de parentesco, as redes sociais para fins produtivos, as redes para atender às demandas sociais e religiosas, entre outras. Mecanismos fundamentais criados para fortalecer as relações entre os agricultores familiares em seus espaços relacionais, permitindo, para além da manutenção e reprodução da vida social e biológica, a condição de conservação ambiental do lugar.

Essas redes possuem propósitos diversos, desde à constituição das famílias, à realização de mutirões para ajudar os vizinhos, à produção coletiva de bens, ao consumo de insumos, às festas, até à comercialização das mercadorias. Movimentos mediados pelo trabalho, ora individual, ora coletivo.

O trabalho está estruturado em cinco partes distintas e complementares, a primeira consta da presente introdução, seguida pela sessão de material e método, relevando os movimentos empreendidos na pesquisa de campo. Na sequência a sessão do referencial teórico, onde consta o arcabouço teórico que deu sustentação a compreensão, interpretação e explicação do fenômeno. A sessão quatro consta dos resultados e discussão dos dados apreendidos no real. E por fim, as conclusões. A perspectiva do trabalho foi desvelar o cotidiano dos agricultores familiares em seus espaços relacionais de vida, no interior de um Assentamento da Amazônia setentrional brasileira.

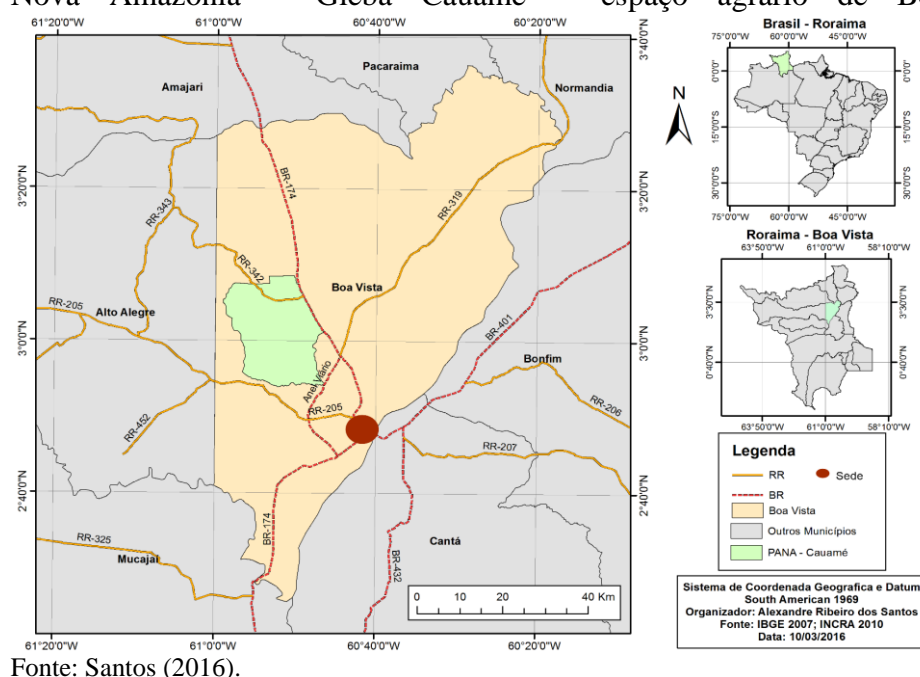
2 MATERIAL E MÉTODO

Os passos empreendidos na pesquisa tiveram seu princípio na escola da área.

2.1 Área de Estudo

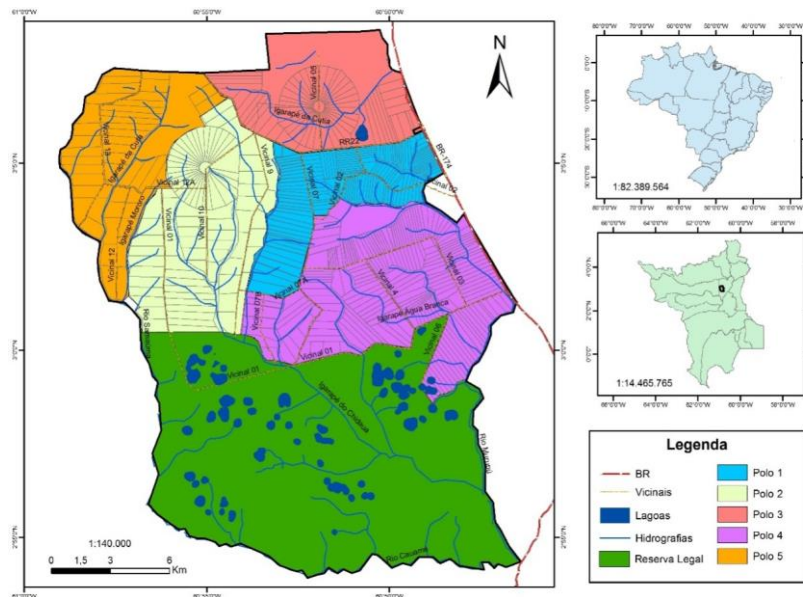
O Projeto de Assentamento Nova Amazônia – PANA - constitui-se na área privilegiada do estudo. O espaço está localizado a 30 km de Boa Vista, margem esquerda da Rodovia Federal BR 174, sentido Venezuela, circunscrito na gleba Cauamé. (Figura 1).

Figura 1 – Cartografia da localização da área de estudo: Projeto de Assentamento Nova Amazônia – Gleba Cauamé – espaço agrário de Boa Vista-RR.



O PANA, enquanto unidade complexa estrutura-se em cinco porções distintas denominadas de Polo 1, Polo 2, Polo 3, Polo 4 e o Polo 5. Os polos 1 e 4 margeiam a BR 174, os demais polos localizam-se no interior do assentamento. É possível observar na cartografia, na parte inferior (verde), a área de reserva legal – ainda desocupada no período da constituição do assentamento em 2001 (figura 2). Movimento que se altera com a ocupação dos desintrusados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2009 (INCRA, 2001).

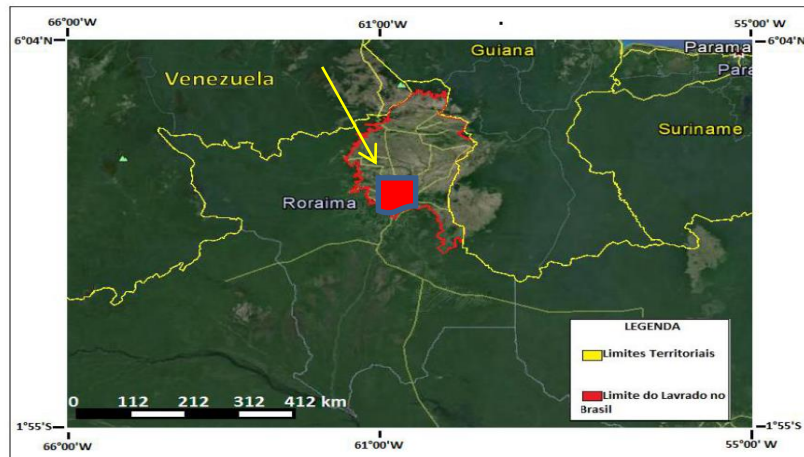
Figura 2 – Cartografia do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Gleba Cauamé – Boa Vista- RR, destacando as cinco unidades que o formam: Polos 1, 2, 3, 4 e 5.



Fonte: própria autora

O PANA está circunscrito no Lavrado de Roraima. De feições completamente diferentes da floresta Amazônica, o sistema complexo é encontrado no extremo norte do Brasil. Trata-se de um dos ecossistemas do estado de Roraima constituído por um mosaico de paisagens de vastos campos abertos, recoberto por gramíneas, arbustos, árvores, ilhas de matas, veredas de buritis, buritizais, lagos, igarapés, rios, brejos e serras, assemelhando-se, em alguma medida ao bioma do Cerrado brasileiro (CAMPOS; BARBOSA 2008). Desde a sua constituição há pelo menos 55 milhões de anos, o sistema sofreu transformações em suas unidades de paisagens, como é próprio de um organismo vivo (VALE JÚNIOR; SCHAEFER, 1997). Nos aspectos relacionados às dimensões, o sistema ambiental que também é complexo em sua natureza, conta com aproximadamente 61.664 km² (figura 3). Desse total a porção maior, de 70%, ou seja, 43.358 km² estão situados no Brasil, especificamente em Roraima. O estado dispõe de 224.298,98 km², desse total, 19% são de Lavrado. O complexo paisagístico integra-se ao “rio Branco-Rupununi” entre os limites internacionais do Brasil, da República da Guiana e da República Bolivariana da Venezuela (CAMPOS; PINTO; BARBOSA, 2008). O sistema ambiental de Lavrado em Roraima abriga dez municípios, do total de 15 que o estado dispõe.

Figura 3 - Limites do Lavrado em Roraima, Amazônia Setentrional



Fonte: Google Earth, 2014. Adaptado por Roseane Morais, 2014.

Visitar, observar, observar participativamente, entrevistar, conversar, captar imagens, áudios, assim como construir coletivamente mapas cognitivos que geraram as cartografias sociais dos sítios foram os passos empreendidos no campo. Movimentos desenhados durante os encontros, as visitas, as reuniões e a realização dos grupos focais, promovidos por vezes pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima – ITCPES/UFRR. Os participantes eram homens e mulheres adultos, chefes das famílias assentadas do PANA. Outro movimento empreendido foi a aplicação dos instrumentos da percepção ambiental, sem prescindir das informações de caráter secundário - documentos oficiais, relatórios, publicações e bibliografias – constituíram-se nos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo. Procedimentos que apreenderam as fontes de evidências (YIN, 2015). Os procedimentos metodológicos da pesquisa ocorreram com o fomento do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq.

3 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO E EPISTEMOLÓGICO

As categorias de análises fundamentais para interpretar o fenômeno no real foram escolhidas de pesquisadores da Amazônia, por vivificarem profundamente suas vidas no campo. Assim, agricultor familiar, agroecossistemas familiares, redes sociais e perdurabilidade foram as eleitas. Agricultor familiar para Pereira (2017) é o sejeito que tem na família seu núcleo estruturante da vida. A propriedade é um lugar de significados, possui pequeno porte, a produção é para o autoconsumo, a força de trabalho é familiar, o excedente gerado pode ser comercializado em feiras e muito recentemente, é vendida nos mercados institucionais dos governos, central, estadual e

municipais, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, entre outros programas públicos

Os agroecossistemas familiares para um grupo de pesquisadores da Amazônia consiste em lugares privilegiados de vida, onde os agricultores empreendem estratégias e técnicas de produção que possibilitam gerar uma diversidade de produtos suficiente para suprir as demandas alimentares das famílias e das sociedades locais conservando e elevado nível de diversidade agrícola (NODA et al., 2010, p.248; NODA, 2012b, p.86; MARTINS, 2005, p.218)

O conceito de Redes sociais foi abordado por Staevie (2013) e Soares (2002). Staevie estudou a formação das redes sociais em Roraima na perspectiva da migração de gaúchos para o estado. Em sua pesquisa ele utilizou o conceito de Soares (2002). O autor assevera que rede social consiste num conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. O conceito é simples, mas traz consigo a objetividade necessária que traduz a essência do que se entende por redes sociais.

Perdurabilidade para Brandrão (2016), consiste na condição dos agricultores familiares permanecerem no lugar, utilizando-se de estratégias de uso e preservação dos bens comuns disponíveis. Permitindo com essa dinâmica, para além da manutenção e reprodução da vida social e biológica, a condição de conservação ambiental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apreendidos na pesquisa refletem a dinâmica de vida empreendidas pelos agricultores familiares nos espaços relacionais do PANA.

4.1 O papel das redes sociais nos espaços relacionais do Projeto de Assentamento Nova Amazônia

Criar e fortalecer espaços relacionais integraram as estratégias e os programas (MORIN, 2012) na vida dos seres humanos com propósitos diversos, podendo ser, desde a constituição da família, até produção de mercadorias. O presente caso trata da constituição de redes sociais compostas por seres vivos da espécie humana que se unem com o fito de fortalecer a boa convivência e porque não dizer o bem viver. Dito isso, observou-se que essas redes sociais contemporaneamente formam-se com os mais diversos propósitos. No presente caso, as redes sociais observadas na empiria da

pesquisa revelaram fundamentalmente conexões existentes entre os membros das famílias, dos parentes e vizinhos.

As primeiras redes encontradas no âmbito do PANA foram das famílias nucleares. Existem irmãos, pais e filhos que moram nos cinco polos. Essa constatação leva a se inferir que as redes sociais familiares constituíram-se na principal estratégia de manutenção da família no lugar.

As outras redes sociais observadas ocorreram ainda entre os “trabalhadores” que se conheceram durante a formação do acampamento à beira da Rodovia Federal BR 174, movimento que deu origem ao Assentamento. A convivência coletiva imprimiu sentimentos de amizade e consideração. Daquele tempo até os dias atuais os fios tecidos, uniram de uma lado, e foram desfeitos de outro, na medida em que cerca de 25% dos primeiros assentados tornaram-se egressos, e novos foram se estabelecendo. Movimentos constantes e intermitentes, marcados por adventos de conquistas e desilusões. Num dos relatos apreendidos, um dos agricultores afirmou “eu gosto muito daqui, tudo é bom e bonito. O que eu não gosto é da fofoca. Tem muito disse-me-disse”. Por esse discurso depreende-se que os espaços relacionais no interior do PANA é muito próximo, causando ao mesmo tempo sinergias e tensões. Condições próprias das complementaridades (MORIN, 2012).

Outra fonte de evidência constatada foram as Associações de agricultores. A criação de cinco associações de agricultores, uma em cada polo revela o tom dos méritos empreendidos pelos agricultores quando estão conectados em rede. São evidências concretas da capacidade organizativa a serviço de um bem comum. Pelos relatos apreendidos sobre esse tema, os agricultores revelaram os consensos e dissensos na época para adoção dessa estratégia. Disseram que a partir da demarcação das parcelas/lotes, houve ao mesmo tempo, o estabelecimento das áreas coletivas, dado que algumas parcelas foram demarcadas com dimensões muito pequenas. O discurso do INCRA afirmava que as áreas coletivas tinha o propósito de incentivar o cultivo coletivo e compartilhado.

Nesse sentido, cada associação, dotada de sua uma área coletiva, demarcada com dimensões diferentes entre si, buscou gerir seus processos coletivos de relações. É pertinente revelar que os polo 2 e 3 possuem as maiores áreas coletivas e foram recentemente desestruturadas por conta dos intensos conflitos entre o agricultores.

Uma história que chamou atenção ainda no processo de constituição das associações descrita nos relatos dois agricultores foi a ideia que surgiu de se ter apenas

uma única associação para o assentamento. A proposta de pronto não foi aceita sob o argumento de que uma única associação seria mais fácil de ser cooptada. Combatida a ideia da associação única, os trabalhadores da época decidiram criar uma associação em cada polo, medida que visava aproximar quem vivia no mesmo polo, com o fito de fortalecer as relações sociais ali dispostas.

Por outro lado, dissensos ocorreram propiciados pela sobreposição de interesses privados sobre o coletivo. A evidência dessa constatação foi a falência da primeira cooperativa criada no PANA que não logrou êxito em face às disputas existentes. Depreendeu-se que, se por um lado foram detectados fios fortalecidos nas redes sociais que forjaram relações mais coesas, ao mesmo tempo, foram detectadas também a ocorrência de fragmentações, tensões e conflitos, próprios do convívio humano em sociedade. Sobretudo nas associações dos polos, elas não conseguem reunir a totalidade de agricultores assentados associados às entidades.

As redes sociais materializadas em associações possuem diversos familiares. Uma lógica que se repete no movimento de ocupação dos espaços do assentamento, há inúmeros membros da mesma família. Existem irmãos que moram lado a lado, mãe que mora ao lado do filho, irmãos que moram em polos diferentes, enfim, configuram-se nas mais diversas formas. A partir dessa constatação buscou-se apreender os motivos para recorrência desse fenômeno, por isso foi perguntado aos agricultores como isso aconteceu? Os argumentos descrevem processos diversos, destacados nos movimentos da vida:

Eu nasci aqui, sempre morei no interior, meu pai trabalhava na fazenda Bamerindus, morava eu, meu pai, minha mãe e meus irmãos. Fiquei mocinha e conheci meu marido que também trabalhava na fazenda. Nós se casamos, recebemos um lote do INCRA quando virou assentamento, vieram os filhos. Nós trocamos o lote, moramos ainda um tempo na cidade, mas eu não aguentei, voltamos pra cá, fomos morar no Truaru. Lá eu e meu marido não acostumamos e trocamos de lote e voltamos pra cá. Daqui eu não saio. O lote ali do lado é da minha sogra, o outro mais em baixo é do meu cunhado. A família está aqui, é aqui que vivemos e gostamos de viver (M.S. 2016)

As famílias nucleares e extensivas são evidências na edificação das redes sociais que se auto-organizam, propiciando a perdurabilidade no lugar (BRANDÃO, 2016). Esse movimento foi detectado especialmente nos eventos – reuniões, seminários, congressos - que ocorreram no PANA, ou fora dele. Ali foi possível observar nas manifestações orais dos agricultores, nas falas públicas que esses laços são recorrentes (MATURANA; VARELA, 2001).

Todo mundo sabe aqui que eu sou o filho da professora. Pensam que não preciso trabalhar porque minha mãe tem um salário. Mas não é assim não. Eu trabalho de sol a sol para manter a minha família. Nada é fácil ou vem fácil. Pode chegar qualquer dia e vê que eu to trabalhando, sou vaqueiro, além do meu lote, faço diária onde precisar (I.S, 2015).

Duas gerações são contabilizadas desde a gênese do PANA, a primeira com os pais, beneficiários do lote e a segunda, dos filhos nascidos, ou que nasceram no processo, no decorrer dos últimos 15 anos. A combinação entre as redes sociais familiares e gerações são refletidas no relato de um pai:

Antigamente nossos filhos iam para cidade estudar, e lá mesmo ficava porque não se acostumava mais com a vida no lote. Agora está diferente, eles viram que na cidade a coisa tá muito difícil. Aqui nós conseguimos trabalhar e vender nossos produtos pro PAA, pro PENAE, não temos patrão, nós temos uma renda. Nossos filhos descobriram que é aqui que eles tem futuro. Se antigamente só ficava no lote quem não tinha estudo, agora é diferente, pra ficar no lote é preciso estudar (S. F. 38, 30/08/2016).

É possível postular-se que as redes sociais familiares forjaram as mais firmes estratégias de fixação das famílias no PANA. Constatou-se que uma terceira geração familiar está a caminho, são os filhos dos filhos que começam a nascer. Agora num outro contexto, porque esses filhos nascem com a propriedade da terra assegurada e titulada.

4.2 Solidariedade e reciprocidade mediadas pelo trabalho constituem redes

A solidariedade foi uma fonte de evidencia constata na dinâmica do trabalho coletivo no interior das Associações. Numa digressão elementar, o trabalho solidário sempre esteve acoplado às unidades familiares, desde a vida nas cavernas (MARX, 2008). Assim, os membros da família são os primeiros sujeitos a imprimir essa condição. Nesse sentido, e considerando a média de 4 membros por família no PANA (PEREIRA, 2017) constata-se que essa é a principal força de trabalho existente no interior dos agroecossistemas familiares do Assentamento. Embora a pesquisa tenha encontrado outras configurações, como a existência de famílias com apenas 1 membro, em geral, formada por mulher, viúva que tem seus filhos crescidos, que não moram mais no lugar, em geral em Boa Vista. Nesse sentido, a manutenção do sítio (lugar de vida) da viúva é realizada com a colaboração dos filhos que moram na cidade, ora com a força de trabalho aos fins de semana, ora com apoio financeiro, ou ainda as duas coisas combinadas, mais o auxílios dos amigos e vizinho da associação. Esse tipo de

fenômeno foi investigado pelos princípios da Economia Solidária, um campo teórico recente que vem se estabelecendo aos poucos nas ciências econômicas.

Nesse sentido, o apoio a esse tipo de família, e ou/outras congênes ocorre por meio da solidariedade. As noções, as categorias da Economia Solidária surgiram no final da década de 1980 e 1990, quando o Brasil experimentou uma das suas maiores crises do emprego. O trabalho coletivo por meio de cooperativas e associações surgiu como uma forma de enfrentar esse contexto e fazer frente ao modo de produção capitalista. A base teórica desse campo recente das ciências econômicas tem na solidariedade, na auto-gestão, no respeito a diversidade e no trabalho coletivo os seus principais pilares. Paul Singer é o seu principal idealizador e maior expoente (SINGER, 2002).

A economia solidária manifesta-se fundamentalmente por meio do trabalho coletivo das associações, grupos informais e cooperativas. As cooperativas de resíduos sólidos destacaram-se ao longo da história da Economia Solidária por conta da forma encontrada para o enfrentamento das altas taxas de desemprego nos grandes centros brasileiros. Mas foi no início dos anos 2000, com a chegada da Secretaria Nacional de Economia Solidária que se institucionalizou um conjunto de políticas públicas voltadas para os empreendimentos econômicos solidários.

Para além das cooperativas de resíduos sólidos, outros empreendimentos foram se destacando ao longo desses 30 anos, os destaques são aqueles que organizaram e continuam a se organizar nos diversos espaços agrários brasileiros. Dados constados pelo Sistema de Informação da Economia Solidária – SIES – da Secretaria Nacional de Economia Solidária. O arcabouço teórico da Economia Solidária foi o escolhido para os aspectos relacionados ao trabalho coletivo no interior do PANA. As fontes de evidências que comprovam essas práxis constam nas atividades realizadas pelas associações dos polos, nas manifestações do *ajuri* e na organização dos bingos entre outras. Como o trabalho coletivo tem sua primeira manifestação no interior da família, outra característica observada na pesquisa foram as relações geracionais que estão sendo edificadas. É pertinente lembrar que os pais constituem-se na primeira geração do PANA, os beneficiários dos lotes que, ao chegarem, tinham filhos crianças e alguns nem tinham filhos. Os filhos representam a segunda geração.

Na investigação foi percebido o nascimento da terceira geração, ou seja, os filhos dos filhos, que estão voltando para assentamento, casados e para incorporar a família com mais membros e também com sua força de trabalho. Ainda nesse contexto,

foi registrada também a ocorrência dos genitores dos agricultores da primeira geração, embora em menor medida. A família, portanto, enquanto materialidade e configuração da célula maior da unidade produtiva é a responsável pelo planejamento e deliberações das estratégias das práticas de trabalho, visando garantir a produção e reprodução social e biológica. Nessa perspectiva, o trabalho configurou-se como condição precípua para que essa reprodução aconteça em especial na forma coletiva.

Nesse contexto, do ponto de vista geracional, é fundamental lembrar que os agricultores familiares quando adentraram em seus sítios ainda em 2002, 2003 estavam no auge do vigor físico. Assim, a divisão social do trabalho empreendida ocorria entre marido e mulher, uma vez que os filhos ainda nem eram nascidos, ou eram muito crianças. Contemporaneamente, essa condição foi alterada multidimensionalmente, em especial na divisão social do trabalho, que agora está distribuída entre todos os membros da família. O trabalho, portanto é coletivo e familiar, existe no real. Movimento expandindo para o interior do sítio, para os vizinhos - outras famílias, uma vez que esses sujeitos tem procurado se manter coesos por meio dos convívios frequentes, especialmente nas associações de agricultores dos polos, espaços relacionais de trocas diversas.

As associações, portanto, constituem-se nas maiores mobilizadoras da comunhão para o trabalho coletivo e solidário no assentamento. Mesmo que ainda predomine a individualidade, a competição e por vezes a descrença entre os pares, o que provoca inúmeros conflitos. Mesmo assim, as associações têm fortalecido esses elos de convivências solidárias e de reciprocidade (SABOURIN, 2011).

Assim, o conflito é fruto desse convívio, como diria Maturana (2001, p.32,) “nossa linguagem é o ponto de partida, nosso instrumento cognitivo e nosso problema”, se há convivência, comunicação, há na mesma medida tensões, conflitos. As complementaridades (antagonismos) permeiam o convívio nas organizações vivas.

Para além das associações, outras instâncias corroboram com a perspectiva do trabalho coletivo e solidário, as cooperativas, o sindicato municipal de agricultores, os fóruns da agricultura familiar, assim como os conselhos dos territórios da cidadania, ou ainda, nos múltiplos eventos promovidos no âmbito das igrejas. Todos integram esse protagonismo, acompanhada do fortalecimento da consciência política desses agricultores, historicamente construídas para alcançar seus pleitos emancipatórios.

As demandas do assentamento nunca cessam, por isso é constante a existência de reuniões com INCRA, EMBRAPA, CAIXA, UFRR, secretário municipal de

agricultura, enfim, relações sociais, promotoras de emergências, ou seja, novas organizações (MORIN, 2012). A grande maioria dos gestores públicos mantêm boas relações com as associações do PANA, os processos constantes de coesão.

Outro aspecto observado nas dinâmicas do trabalho coletivo consta na nomenclatura escolhida pelos agricultores para denominar as 5 Associações: algumas inscrevem “produtores” outras agricultores. Ambiguidades que guardam os elementos das suas origens. Nesse contexto, destacam as associações do polo 1 e 2. As demais – polo 3, 4 e 5 – sofreram alternâncias e/ou vacâncias de presidentes durante a pesquisa, tornando seus processos de gestão, por vezes, com solução de continuidade. Nos últimos momentos da pesquisa constatou-se a reativação da associação do polo 4 mobilizada pelo presidente da associação do polo 1, influências recíprocas positivas.

A despeito dessas duas Associações – polo 1 e 2 - as evidências observadas no campo permitiram postular que existe um caráter orgânico na gestão dessas unidades, ou seja, os gestores são dotados de características aglutinadoras que tornaram suas gestões destacadas no contexto do PANA, estratégias como diria Morin (2011).

Outra evidência foi a consciência política desses gestores, eles defendem os direitos e deveres dos associados em qualquer circunstância. Esse contexto nem sempre foi assim, pelos relatos, os agricultores afirmaram “no começo eles queriam uma única associação para os cinco polos. Nós resolvemos que não porque uma associação para cada polo é mais difícil de ser manipulada” (M.J. 14/04/2016). Ou seja, o saber local garantiu a atual condição de autonomia de todas as associações. Maturana (2001) confirma essa condição quando afirma “todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer, e faz surgir um mundo” (p.32). Ao se aprofundar nos aspectos orgânicos do trabalho coletivo dessas unidades, comprovou-se características objetivas e subjetivas. Pelo lado da objetividade, ambas promoveram resultados materiais relevantes e fundamentais no início do PANA que permanecem até os dias atuais, partindo sempre da utilização do princípio do trabalho coletivo. A Associação do Polo 2 por exemplo foi criada em 02/08/2004, ela inovou desde sua gênese no sentido Schumpeteriano do termo inovação (SCHUMPETER, 2001). Embora nascente a associação foi capaz de mobilizar as 31 famílias e destinar parte de suas verbas advindas dos créditos do INCRA e contratou uma empresa para perfurar 3 poços semi artesianos na área coletiva do polo. A área coletiva do polo 2 é uma das maiores com mais de 800 hectares. Essa quantidade expressiva de terra tem dois propósitos, um para associação trabalhar coletivamente e a outra, para compensar os agricultores que foram assentados em lotes muito pequenos.

Além dos poços a associação também adquiriu os conjuntos motobombas e os acessórios necessários para as instalações das redes de abastecimento coletivo, e assim, disponibilizar água para os associados. Esforços que garantem até os dias atuais a segurança hídrica no lugar. Para além da segurança hídrica o polo 2 dispõe de iluminação pública. Conquista efetuada junto à prefeitura municipal de Boa Vista. O polo é constituído de forma circular, numa estrutura de agrovila, o que facilita a adoção de estratégias de caráter coletivo, movimentos que desvelam os saber desses agricultores.

Em termos de produção coletiva, a associação realizou iniciativas como o cultivo de melancias, de feijão e de soja. O modelo adotado consistiu na repartição coletiva de todos os custos para o cultivo das espécies. A soja foi uma exceção porque a atividade foi implementada enquanto política pública do governo estadual e contou com adesão de 22 agricultores que mudaram sua base produtiva, antes diversificada para o monocultivo do grão (Figura 4).

Figura 4 – Unidade produtiva de soja no Polo 2 do Projeto de Assentamento Nova Amazônia – Boa Vista/Roraima iniciado em 2015.



Foto: Folha de Boa Vista (2015)

O sistema adotado pela empresa contratante foi semelhante ao praticado nos sistemas de integração de suínos e aves. Para os 22 agricultores coube a responsabilidade de disponibilizar o espaço físico, plantar, manejar e pagar pelos insumos para empresa. Ao governo do estado coube à logística. Coube à empresa detentora do cultivo, a assistência técnica e o fomento financeiro. A maioria dos agricultores endividou-se e não prosseguiram com a produção. Embora o cultivo tenha tido uma perspectiva coletiva, ela foi realizada no interior do sítio de cada agricultor, não utilizando a área coletiva do polo.

Implicações desse cultivo foram colhidos, os agricultores afirmaram que houve o aumento substantivo de lagartas no assentamento, “elas eram tantas que cobriam a estrada, eu nunca tinha visto isso” (V. P, 2016). Do ponto de vista ecológico essa ocorrência deveu-se, entre tantos aspectos, à retirada da cobertura nativa dos solos e o uso de agrotóxicos e o monocultivo aumenta a incidência de praga. Diante desse contexto foi possível apreender as lógicas produtivas ali contidas, de um lado, revelando a existência do agricultor familiar que pratica o cultivo diverso de espécies para se manter e o excedente para comercializar no mercado, e do outro, a lógica do produtor, voltado para o monocultivo destinado ao mercado, com fito na acumulação do capital.

Embora as lógicas sejam distintas, na soja, essas lógicas juntaram-se, conjugaram-se e provocaram conflitos, ambiguidades e complementaridades entre si, influenciaram-se recursiva e circularmente. Os argumentos colhidos de quem cultivou a soja afirmou “os grãos iriam contribuir para as receitas das rações dos frangos que a gente cria e gera boa renda”. O argumento tem pertinência, mas faltou o domínio do processo. Depois da primeira safra, por conta das questões técnicas e financeiras a soja continua, mas em proporções bem menores.

A outra experiência detectada do trabalho coletivo foi na Associação do Polo 1 (figura 5). Diferente da associação do polo 2, a associação do polo 1 trilhou outro histórico, destacado, sobretudo, na dimensão das conquistas coletivas.

Figura 5 - Sede da Associação de Produtores do Pólo 1 do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, edificada pelos próprios associados



Legenda: A – faixa da Sede da Associação do Polo 1; B – interior da sede do polo 1.
Fonte: própria autora (2017).

O histórico desse processo começou com o cultivo coletivo do feijão iniciado a quatro anos. A associação coleciona um conjunto de atividades conjuntas a começar

pela edificação física da sede, construída em forma de mutirão; a perfuração de um poço semi-artesiano para ajudar na produção coletiva; a ampliação da sede também em formato de mutirão, e por último o documento de concessão do INCRA, ocorrido em abril de 2017, além da edificação de casas e do conserto das vicinais.

O documento do INCRA destinado à associação do polo 1 garantirá a instalação de energia na sede, demanda antiga agora em vias de acontecer. Outros pleitos estão em andamento, um diz respeito à aquisição de um trator junto à agência de Desenvolvimento de Roraima – agência de Fomento. A máquina garantirá a autonomia no processo de produção coletiva e autônoma no Polo, o que diminuirá a dependência dos governos do estado e da prefeitura. O anacronismo entre essas partes tornam os cultivos coletivos em situações de risco. Embora existam dificuldades por conta da necessidade dos insumos – trator e calcário – doados pelos órgãos públicos, a produção coletiva do feijão no polo 1 tem sido constante e vigorosa. Quando teve início em 2013, contava com apenas 4 agricultores. Atualmente está na quarta safra consecutiva, congregando 17 agricultores. Segundo o presidente da associação, todo processo de trabalho é dividido em partes iguais. A edificação do espaço físico da sede em alvenaria é uma referência no Assentamento. Ela é a única, lá são realizadas reuniões, debates, encontros e, constitui-se no lugar onde são entregues e pesadas a produção individual dos agricultores para formar o todo da Associação para as entregas dos produtos no PAA, PENAE e sementes crioulas da CONAB. O mobiliário da sede ainda é parco, mas atende às demandas prementes dos associados. “As cadeiras foram doadas pela UFRR” afirmou seu atual presidente. Os outros mobiliários foram doados pelo sindicato dos agricultores da cidade de Boa Vista.

O lugar também é utilizado para inúmeras confraternizações do dia das mães, pais, crianças e etc. Os associados, agricultores, os moradores do PANA são bastante adeptos das festas e confraternizações. Segundo Morin (2012), os momentos de confraternização promovem elos invisíveis de fraternidade. As festas são constantes no polo 1, o que reforça essa assertiva. O trabalho coletivo pode ser observado no polo 1 (figura 6).

Figura 6- Cultivo coletivo de feijão realizado no polo 1 no Projeto de Assentamento Nova Amazônia – Boa Vista/Roraima, 2016.



Legenda: A – Agricultores reunidos na área coletiva do polo 1 para o cultivo coletivo do feijão;
B – agricultores familiares do polo 1 com trator para o plantio do feijão.
Fonte: própria autora (2017).

As atividades do trabalho coletivo apreendidas na associação do Polo 1 foram o cultivo do feijão, o fornecimento de produtos da agricultora familiar para o PAA, PNAE e o cultivo de semestres criolas para serem entregues a CONAB, isso na dimensão material. Na imaterial, há o pleito da aquisição do trator e da instalação da energia para sede. Em termos de faturamento advindos dos contratos com a CONAB – PAA e Semente crioula – segundo relato do presidente da associação, os dois contratos quase totalizam R\$ 500 mil reais. “tem muito trabalho para ser feito e muito compromisso para dar conta” (E.S.P, 2017)

Outro movimento empreendido por iniciativa da presidência da associação do polo 1 foi o mutirão para construção da casa de uma agricultora (figura 7). As fotos foram entregues pelo presidente da associação e no envio ele afirmou: “aqui a gente faz de tudo, se ajuda uns aos outros” (E.S.P, 2017)

Figura 7 - Mutirão para construção de uma casa para uma agricultora do polo 1 do Projeto de Assentamento Nova Amazônia – Boa Vista/Roraima.



Legenda: A – construção coletiva da casa de uma agricultora familiar residente no polo 1;
B – Agricultores que destinam seu tempo livre em ajudar ao próximo; C e D – São agricultores ajudando na construção da casa em seu tempo livre.
Fonte: própria autora (2017).

As teorias que tratam da economia solidária (SINGER, 2002) e da teoria da reciprocidade (SABOURIN, 2011) são distintas. A primeira aborda a produção coletiva e solidária, no âmbito da inclusão produtiva, baseada nos princípios da solidariedade e da autogestão fundamentalmente. Por outro lado, a teoria da reciprocidade evidencia as trocas não monetárias, relacionadas a um sentimento recíproco de colaboração, sem os elementos da dimensão econômica (SABOURIN, 2002). Dois movimentos localizados no polo 1 que vem ganhando corpo nas práxis do trabalho material e imaterial, visto que o ideário de solidariedade sempre permeou os grupos sociais, desde os primórdios da vida coletiva nas cavernas, na coleta do alimento e nos usos da água, bem como na segurança, no sentido de preservar os membros da família dos infortúnios causados pelas intempéries do tempo e/ou vicissitudes advindas de animais na busca de presas.

Naquela época as clivagens sociais não existiam, elas surgiram no transcorrer da história humana, demarcadas pelas metamorfoses desses grupos sociais que, em franca expansão demográfica formaram modos diversos de vida, baseados no trabalho. Os grupos sociais foram criando novas necessidades, ultrapassando aquelas baseadas na dimensão biológica de ser social. Assim, esse ideário de solidariedade, embora tenha sido invisibilizado, não sucumbiu por inteiro, sobrevive ainda hoje firme, em comunidades locais, movimentados pelos grupos sociais que tem no amparo coletivo a medida para harmonia e o convívio entre os pares e o sistema ambiental. O convívio entre os integrantes desses grupos são movidos pelo espírito de solidariedade, especialmente nas atividades do trabalho coletivo, em detrimento da competição.

A divisão social de classes, a divisão social do trabalho, a propriedade privada e a subsunção do o trabalho ao capital, não foram suficientes para determinar o fim do trabalho coletivo e solidário. E os agricultores familiares mantem no PANA essas práxis de forma viva, revitalizando essa condição.

A gente faz bingo pra ajudar quem precisa. Um monte de gente precisa viajar pra cuidar da saúde. A gente sabe, se reúne e faz. O dinheiro arrecadado a gente entrega. Toda ajuda é bem vida quando se tá doente (V., 2016).

O presidente da Associação do Polo 1 disponibilizou imagens para pesquisa, dados que representam os momentos dos mutirões, do compartilhamento da força de trabalho solidária que, por vezes, é também da reciprocidade. A figura a seguir registra a reunião dos agricultores no conserto da vicinal, no período das chuvas (figura 8).

Figura 8 – Dia de mutirão para consertar a vicinal do polo 1 do Projeto de Assentamento Nova Amazônia – Boa Vista/Roraima



Legenda: Veículos, barro e força de trabalho dos agricultores com o objetivo de no consertar a via de acesso ao polo 1.

Fonte: própria autora (2017).

A produção da farinha foi outra práxis de trabalho coletivo encontrado no âmbito da solidariedade entre os agricultores no PANA. Duas casas de farinha foram localizadas: uma no polo 4 e uma no polo 1. O Funcionamento dessas casas de farinha baseia-se no sentimento da solidariedade. No polo 1 por exemplo, inexistente a moeda como mediação para o uso do forno. Os agricultores combinam com o proprietário o dia e a hora para que todo o processo aconteça. O combinado entre o proprietário da casa de farinha e o agricultor é que fique um percentual do total de produzido como forma de agradecimento e manutenção do forno, um movimento de trocas. Reciprocidade e solidariedade caminham juntas e separadas, seguindo especificamente seu caráter.

Embora tenham sido constatadas evidências de solidariedade e reciprocidade entre os agricultores associados do polo 1, não exige a existência dos conflitos. Muito pelo contrário, além de continuam a existir, reforçam o argumento das complementariedades de Morin (2012) quando o autor afirma que existem convergências e antagonismos ao mesmo tempo nas relações sociais. Complementariedade que promovem condições de vida mais próximas da conservação e da degradação ambiental, estratégias estabelecidas pelos agricultores familiares nos espaços relacionais, por meio das redes sociais.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do presente trabalho foi identificar e descrever as redes sociais tecidas e estabelecidas nos espaços relacionais da agricultura familiar, no interior do

Projeto de Assentamento Nova Amazônia, espaço agrário da cidade de Boa Vista, capital de Roraima.

constatou-se a existência de redes sociais diversas, destacadas naquelas de caráter familiar e de parentesco, as redes sociais para fins produtivos, as redes para atender às demandas sociais e religiosas, entre outras. Mecanismos fundamentais criados por meio de estratégias para fortalecer as relações entre os agricultores familiares em seus espaços de convívio, permitindo, para além da manutenção e reprodução da vida social e biológica, a condição de conservação ambiental do lugar.

Essas redes possuem propósitos diversos, desde à constituição das famílias, à realização de mutirões para ajudar os vizinhos, à produção coletiva de bens, ao consumo de insumos, às festas, até à comercialização das mercadorias, movimentos mediados pelo trabalho, ora individual, ora coletivo, expressando tanto a solidariedade quanto a reciprocidade de maneira imbricada.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. v 1, Série: Estudos & Avanços. Recife-PE, NUPPEA, 2010.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: **Agricultura familiar: realidades e perspectiva**. (Org.) TEDESCO, J. C. 3. ed. Passo Fundo: UFP. 2001, p. 149 - 178.

BRANDÃO, J. C. M. Perdurabilidade da agricultura familiar no Projeto de Assentamento Vila Amazônia. 2016, p. 334. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia), Manaus: Universidade Federal do Amazonas. 2016.

BRASIL. Superintendência do INCRA em Roraima. **Processo Administrativo n. 5439.000503/2001-57 MAARA-Instituto Nacional da colonização e Reforma Agrária**, que dispõe sobre a criação oficial do Projeto de Assentamento Nova Amazônia. Boa Vista-RR, 2001, p. 653.

BARBOSA, R. I.; FERREIRA, J. G; CASTELLÓN, E.G. **Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima**. INPA, Manaus, 1997.

BONNAL, P.; MALUF, R. S., Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In: LIMA, E. N.; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J (Org). **Mundo Rural 4** – configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: MAUAD X: Edur 2007. p. 217-235.

CAMPOS, C; PINTO, F; BARBOSA, R. I.; **O Lavrado de Roraima:** importância biológica, desenvolvimento e conservação na maior savana do Bioma Amazônia. Boa Vista: INPA, 2008. 8p.

CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L.F.C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs.). **Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Mauad X/EDUR, 2008. p. 255-269.

CARVALHO, H. M. Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. **A Amazônia e a crise de modernização.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

CAVALCANTI, C. Só existe desenvolvimento sustentável: a economia como parte da natureza. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. L. do (Orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento:** sustentabilidade, decescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p.185-200.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar:** multifuncionalidade, desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad X, 2009.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L.(Orgs.) **Percepção ambiental:** a experiência Brasileira. São Paulo: Studio Nobel; Editora da universidade Federal de São Carlos, 1999.

GORZ, A. **O Imaterial:** conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005. 107 p.

JATOBÁ, S. U. CIDADE, L. C. F; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Revista Sociedade e Estado,** Brasília, v. 24, n. 1. p. 47-87, jan/maio, 2009.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Revista Economia Aplicada,** São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, jul./set., 1998.

LÖWY, M. Crise ecológica de civilização: a alternativa ecosocialista. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. L. do (Orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento:** sustentabilidade, decescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p.147-156.

MARTINS, A. L. U. Conservação da agrobiodiversidade: saberes e estratégias da agricultura familiar na Amazônia. 2016, p. 213. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia), Manaus: Universidade Federal do Amazonas. 2016.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. 1.1, v 1/2. São Paulo, Nova Cultural. 1988.

MATURANA, H.; REZEPCKA, S. N.; **Formação humana e capacitação**. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MATURANA, H.; VARELA, F. J. **A Árvore do Conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena. 2001

MATURANA, H. **Ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed, Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

_____. **O Método 2**. a vida da vida. Trad. de Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **O Método 3**. O conhecimento do conhecimento. 4. ed, Porto Alegre: Sulina, 2012.

NODA, S. do N. **Na terra como na água**: organização e conservação de recursos naturais terrestres e aquáticos em uma comunidade da Amazônia brasileira. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas) Universidade Federal de Mato Grosso. 2000.

NODA, H.; NODA, S. do N.; SILVA, A.I.C. Compartilhamento, conservação e melhoramento de recursos genéticos hortícolas na Amazônia Centro-Occidental. In: MING, L. C.; AMOROSO, M. C. M.; KFFURI, C. W. (Orgs.). **Agrobiodiversidade no Brasil: Experiências e caminhos da pesquisa**. V.6, Série: Estudos Avançados. Recife: NUPEEA, 2010. p.243-257

NODA, H. et al. **Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar no Amazonas**. Manaus-AM: Wega, 2013.

NODA, S. do N. Paisagem e etnoconhecimento na agricultura Ticuna e Cocaina o alto rio Solimões, Amazonas. **Bol Mus. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, v. 7, n. 2. p.397-416, maio-ago. 2012.

_____(Org.). **Agricultura Familiar na Amazônia das Águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PEREIRA, M. A. P.; Formação institucional e desenvolvimento regional no estado de Roraima. In: **Formação institucional da Amazônia** (Org) SILVA, F. C.; RAVENA, N.; Belém: NAEA, 2015, 473-556p.

RICOVERI, G. **Bens comuns versus mercadorias**. Rio de Janeiro: Multifoco, SOLTEC-UFRJ, 2008.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 27, maio/ago, p. 24-51, 2011

- SANTOS, V. O. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SILVEIRA, I. M da; GALTI, M. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. **Bol. Mus. Pará Emílio Goeldi**, Ser, Antropolo 4(1) 1988.
- SILVA, M. C.; HAINARD, F. **O ambiente: uma urgência interdisciplinar**. Campinas, SP; Papyrus, 2005.
- SOARES, Weber. **Da metáfora a substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2002
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 2001.
- STAEVIE, P. M. **O papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos para Roraima**. Boa Vista-RR editora da UFRR, 2013.
- TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais, ensinamentos a partir de casos – Porto Alegre: Editora da URGs**, 2007.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina; Eduel, 2012.
- VALE JÚNIOR, J. F.; SCHAEFER, C. E. G. R. **Solos sob savanas de Roraima: gêneses, classificação e relações ambientais**. Boa Vista: Gráfica Iores, 2010.
- VASCONCELLO, M. J. E. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas, SP: Paripus, 2002.
- WANDERLEY, M. N. B. Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000, p. 87-145.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.